

Não bastasse a migração de deputados de uma legenda para outra mediante pecúnia, e logo depois outro escândalo estourou na área parlamentar — a exploração mercantil do orçamento por parte de algumas pessoas. A denúncia vinha de fonte duvidosa, de antigo funcionário do Senado, com prisão preventiva decretada, sob a acusação da prática de vários crimes, que vão do uxoricídio ao tráfico de drogas, à posse e uso de moeda falsa, ao estelionato. É claro que até a condenação, transitada em julgado, o acusado será apenas acusado e não culpado. Ocorre que o denunciante, ao acusar meio mundo, se confessou corrupto, pois os dólares encontrados em sua casa, cerca de US\$ 2 milhões, seriam propinas por ele recebidas graças à sua posição funcional.

Em princípio, não se deve repudiar sem exame o depoimento do maior dos delinqüentes. Ele pode contar a verdade ou fragmentos da verdade e por isso deve ser colhido e analisado de maneira isenta e objetiva. Pode ser recebido até com reserva, mas, volto a dizer, há de ser apreciado de modo a que se verifique se tem plausibilidade e se encontra confirmação nos fatos.

O certo é que, divulgadas as acusações, envolvendo meio mundo, deputados, senadores, governadores e ministros, elas foram sofregamente aceitas, embora algumas pessoas reconhecidamente honradas tivessem sido mencionadas. Desse modo, aos olhos do país inteiro e até fora dele, *urbi et orbi*, foram todos metralhados pela publicidade mais intensa, a despeito de nenhuma prova ter sido apresentada até então.

O Congresso fez o que tinha de fazer. Sem demora constituiu Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos. É o que ela está fazendo e, espera-se venha a fazer de maneira conclusiva em breve tempo, o mais breve possível, como o exige a honra das pessoas envolvidas e o impõe a respeitabilidade da instituição.

Desde que a Constituição de 88 permitiu a apresentação de emendas ilimitadamente, tudo pode ocorrer no particular. Lembre-se que, em 1992, para o orçamento de 93, cerca de 70 mil emendas foram apresentadas. Até aí nada demais, a não ser a sua inutilidade prática, dado que não há quem possa analisar e julgar o merecimento de 70 mil emendas em dias ou semanas, e o prejuízo para o andamento regular do ofício parlamentar no tocante à elaboração parlamentar.

O grave, para não dizer o gravíssimo, estaria no fato de emendas serem apresentadas para fins lucrativos, e uma vez aprovadas o seu pagamento ensejar a percepção de vantagens pecuniárias, das quais seriam beneficiários os próprios parlamentares que as tivessem apresentado.

Na medida em que isto tiver acontecido, estar-se-á diante da suprema degradação — o emprego da função pública, da nobreza e da dignidade da investidura

Antecipar juízos

parlamentar, para a auferição de vantagens ilícitas.

Não posso e não devo antecipar juízos. A investigação está no começo e terá muito que andar. Sua direção foi confiada a parlamentares ilustres e notoriamente idôneos. A Comissão não faltam meios para o esclarecimento cabal da infecção denunciada, pouco importa que por um corrupto, com prisão preventiva decretada. O que importa é que os fatos sejam esclarecidos, apontados por pessoa de bem ou por um biltre. Mas é imprescindível também que se não caia na histeria ou no medo, lavrando a condenação infamante à vista da primeira acusação, para não parecer conivente com o tráfico infame.

A título de reflexão observo que a Câmara, quando tinha a metade do número de deputados que tem hoje, e quando os seus domínios ocupavam a décima parte do que hoje ela ocupa, funcionava melhor. De modo que não é no tamanho de suas instalações, nem no número de seus membros, nem na quantidade de assessores que residem a autoridade, a funcionalidade e a respeitabilidade do parlamento.

Tenho diante dos olhos a primeira página de importante folha em edição dominical. Em uma bela fotografia do prédio, a refletir-se no lago do Itamarati, estes dizeres: "Corrupção, drogas, comércio de deputados, perversão sexual, barganha com empreiteiras, contrabando, trens da alegria, lavagem de dólares, trá-

fico de influência; jogo do bicho — o Congresso no banco dos réus".

Não haverá no Congresso, Câmara e Senado, e entre seus servidores, nenhum homem de bem? A generalização é injusta e obviamente perigosa.

Volto os olhos para 1966, ano trágico para a democracia e para o Parlamento e relembro as palavras finais do discurso de um político de probidade proverbial que se despedia da Câmara, expulso da vida pública pela nova ordem que se implantava e que, de casuismo em casuismo, desaguaria na plena autocracia. São de Raul Pilla estas palavras: "Nada mais poderia justificar a minha presença nesta Casa, onde, veterano já de tantas lutas cívicas, militei 20 anos a fio. Se muitos têm sido os seus erros, se muitos são os seus pecados — erros e pecados que apenas refletem as insuficiências nacionais —, posso afirmar que é ainda o Congresso o que de melhor apresenta a nossa vida pública. Nele conheci grandes e nobres espíritos, de que guardo uma edificante lembrança e, ainda na generalidade dos seus membros, sempre encontrei receptividade para os altos ideais".

Nada mais restará da Câmara e do Senado? Esta a indagação que se fazem os democratas que lutaram e sofreram para que a democracia ressurgisse e o Congresso deixasse de ser um paralítico peado e aprisionado.